



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº                      , DE 2015**  
**(Do Sr. Rubens Bueno)**

*Requer informações ao Ministro de Estado da Justiça sobre as investigações que apuram a denúncia de localização de uma escuta no fumódromo da sede da Polícia Federal em Curitiba – PR, nos termos em que especifica.*

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao **Ministro de Estado da Justiça** sobre as investigações que apuram denúncia de localização de uma “escuta” instalada no fumódromo da sede da Polícia Federal em Curitiba-PR, no último dia 13 de maio.

Solicita-se que seja informado o seguinte:

- Quais fatos ensejaram o início da investigação pela Corregedoria-Geral da Polícia Federal?

- Em que fase se encontra a sindicância? Existe prazo para o término da referida sindicância?

- Quais serão os eventuais desdobramentos da sindicância aberta pela Corregedoria?

- A escuta encontrada foi autorizada judicialmente? Em caso afirmativo, existe inquérito ou processo em andamento com decisão



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

autorizativa para a prática do ato?

### JUSTIFICATIVA

Segundo informações divulgadas pela revista *Veja* desta semana (Edição 2426/2015), o comando da Polícia Federal em Brasília está investigando sigilosamente os delegados e agentes envolvidos na Operação Lava-Jato, tudo com o conhecimento do senhor Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

A revista afirma ter tido acesso a uma sindicância aberta pela Corregedoria da Polícia Federal e que teria conversado com policiais que acompanham e participam da apuração. Segundo os corregedores, o procedimento foi instaurado para apurar "ilegalidades" praticadas pelos colegas do Paraná, onde estão centralizadas as investigações do escândalo da Petrobras.

Segundo informações, os policiais federais de Brasília acusam os policiais do Paraná de instalar escutas para captar clandestinamente conversas de presos e dos próprios policiais. Em maio do ano passado, uma dessas escutas foi descoberta na cela do doleiro Alberto Youssef, uma das principais testemunhas do esquema de corrupção. Na última quarta-feira, dia 13 de maio, um outro aparelho de escuta foi encontrado escondido na luz de emergência do fumódromo usado pelos agentes da Lava-Jato.

Foi relatado que os corregedores acusam os delegados da Lava-Jato de ter colocado o aparelho para obter provas por meio de métodos ilegais, com a intenção de comprometimento da operação. Apesar de não acreditarmos que possam ocorrer danos à Lava-Jato, por entendermos que a operação está muito bem estruturada pelo juiz Sérgio Moro, faz-se mister que os fatos sejam esclarecidos.

A revista alega, ainda, que alguns delegados próximos da cúpula da Polícia Federal admitem que o objetivo da "operação paralela" é carimbar a



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Lava-Jato com suspeitas de irregularidades - o que, fatalmente, abriria caminho para questionamentos judiciais sobre a operação e poderia resultar, em última análise, em anulação de alguns atos processuais. Para o delegado Jorge Pontes, ex-diretor da Interpol, existiria um grupo de pessoas já cooptadas para tentar minar e comprometer a Operação Lava-Jato.

Assim, diante de tão graves denúncias, faz-se urgente que o Ministério da Justiça se manifeste sobre quais as providências vêm sendo adotadas e como estão sendo conduzidas as investigações. Por isso a necessidade desse requerimento para que tenhamos uma visão da real situação enfrentada.

Sala das Sessões, em        de maio de 2015.

**Deputado Rubens Bueno**  
**PPS/PR**